

## **RELATÓRIO E CONTAS 2022**

**ALTICE PAY, S.A.**

*M.*  
*27*

## Relatório e Contas 2022

ÓRGÃOS SOCIAIS .....	1
RELATÓRIO DE GESTÃO.....	2
Introdução.....	3
Informações Legais .....	4
Enquadramento Económico.....	5
Atividade da Empresa .....	6
Perspetivas Futuras.....	6
Proposta de Aplicação de Resultados .....	7
Análise Económica e Financeira .....	8
Factos relevantes ocorridos após a data de balanço .....	10
Gestão de Riscos Financeiros .....	10
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	11
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO .....	33
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	34

3.  
M.  
V. 3

## Órgãos Sociais

### Conselho de Administração

Presidente: João Zúquete Dutschmann de Jesus da Silva  
Vogal: Alexandre Miguel Mourão Paula de Matos  
Vogal: Nuno Miguel Robalo Nunes

### Fiscal Único

Efetivo: Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.  
Suplente: António Manuel Castanho Miranda Ribeiro

31.  
M.  
1/2

## Relatório de Gestão

37.  
2/ AM.  
8

Senhor acionista,

O Conselho de Administração da Altice Pay, S.A., nos termos das disposições legais e estatutárias aplicáveis, vem submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas da Altice Pay, S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro 2022.

## Introdução

A Altice Pay, S. A. ("Altice Pay" ou "Empresa"), anteriormente designada por PT Pay, foi constituída em 13 de março de 2013, tendo iniciado nesse exercício o processo de implementação da sua atividade, desenvolvendo um "projeto piloto". A Empresa iniciou o desenvolvimento da sua atividade comercial no dia 3 de abril de 2014, após aprovação por parte do Banco de Portugal.

A Altice Pay tem por objeto a prestação de serviços de pagamento a consumidores e a comerciantes. Com este serviço, os consumidores depositam fundos numa conta bancária da Altice Pay, ficando esse valor associado à conta de pagamentos de cada cliente, os quais podem então efetuar pagamentos de produtos ou serviços, em *sites de e-commerce* ou *m-commerce*, nos casos em que o comerciante também tenha aderido ao serviço. A vertente do produto para comerciantes foi, em 2022, a principal linha de receitas da Altice Pay e o serviço prestado, para além da conta de pagamentos, corresponde à disponibilização de uma plataforma com os principais meios de pagamento, não presenciais, utilizados em Portugal. Esta plataforma de pagamentos permite que qualquer empresa possa aceitar, no seu website, plataforma de e-commerce, ou sistema de faturação, pagamentos de todos os seus clientes finais. A Altice Pay, neste contexto, é considerada como *payment facilitator* ou *payment service provider*, disponibilizando, com um único contrato, e com uma só integração técnica, todos os meios de pagamento que possibilitam aos comerciantes a condução do seu negócio.

Atualmente a estrutura funcional da Empresa pode ser representada da seguinte forma:

31.  
W/M.  
Z



## Informações Legais

Não existem quaisquer dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social;

- A Empresa não dispõe de ações próprias e durante o exercício de 2022, não existiram quaisquer aquisições ou alienações de ações próprias, para efeitos da alínea d) do n.º 5 do artigo do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais;
- Não foram celebrados negócios ou operações que sejam de considerar em termos económicos por quaisquer das partes envolvidas, entre a Sociedade e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização para esse fim durante o exercício de 2022, conforme disposições previstas na alínea e) do artigo 66.º e 397.º do Código das Sociedades Comerciais.
- A Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho estabeleceu o Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II (CFEI II), que se traduz numa dedução à coleta de IRC de 20% das despesas de investimento em ativos afetos à exploração, efetuadas entre 1 de julho de 2020 e 30 de junho de 2021. Nos exercícios de 2020 e 2021 a Empresa apurou um benefício fiscal no valor de 940,28 euros e 3.030,04 euros, respetivamente. Contudo, nos termos previstos na referida Lei n.º 27-A/2020, a dedução deste benefício está condicionada à existência de coleta na Empresa, o que não se verificou até à presente data. Assim, os saldos apurados em anos anteriores transitam para exercícios seguintes.

31. AM.  
4

## Enquadramento Económico

### Enquadramento Internacional

A economia da UE continua a refletir o choque da agressão russa contra a Ucrânia, sendo neste aspeto uma das economias mais expostas neste contexto.

Perante o cenário de incerteza elevada e pressão sobre os preços de energia que são cada vez mais elevados, a conjuntura económica demonstra-se desfavorável no final do ano de 2022.

O poder de compra dos agregados familiares continua a ser impactado negativamente pela crise financeira.

Os valores da inflação registados nos primeiros 10 meses de 2022 estiveram acima do previsto, no entanto é esperado que em 2023 exista uma redução.

Os défices dos países dentro da União, devem refletir o baixo crescimento, e a inflação elevada, pelo que após a queda do PIB para 4,6% em 2021, está previsto que o mesmo volte a diminuir para 3,4% na zona euro em 2022.

### Enquadramento Nacional

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística a economia portuguesa registou um crescimento do Produto Interno Bruto na ordem dos 6,7% em 2022. Houve, contudo, uma redução do contributo da procura interna de 3,2% para 1,9%.

Registou-se ainda uma perda dos termos de troca, que medem a relação entre os valores das importações e das exportações, fruto do contexto internacional da inflação.

A produtividade aumentou 4% em 2022, face a 2,9% em 2021 e o emprego cresceu 2% após o aumento de 1,9% do ano anterior.

### Enquadramento Setorial

O comércio *online*, de onde decorre grande parte do negócio da Altice Pay, continua a registar um incremento significativo em 2022, devido essencialmente à continuação do efeito da pandemia e dos novos hábitos de compras.

Entre 2011 e 2021 o valor global deste negócio aumentou cerca de 219% e em 2022 o montante transacionado no negócio digital deverá atingir os 129,5 mil milhões de euros.

De acordo com o Estudo da Economia e da Sociedade Digital em Portugal, produzido anualmente pela ACEPI - Associação da Economia Digital em parceria com a consultora IDC, o número de consumidores online cresceu durante o período da pandemia de 45% para 52%.

As compras online são já uma realidade quotidiana dos portugueses, sendo expectável o seu crescimento para os próximos anos.

## Atividade da Empresa

### Evolução do negócio, principais eventos e desempenho do ano

Os prejuízos da Empresa reduziram em 1.107.662 euros, passando de um resultado negativo de 1.839.006 euros em 2021 para um resultado negativo de 731.344 euros em 2022. O valor mais negativo de 2021 foi fruto sobretudo de um reconhecimento de uma imparidade a 100% dos Ativos Intangíveis, montante total de 835.220 euros. Os custos com Recursos Humanos contribuíram positivamente para os resultados, uma vez que reduziram em 6.539 euros quando comparados com 2021. Em sentido inverso, os gastos com auditorias tiveram um aumento de 19.295 € face a 2021.

Assinala-se ainda, o aumento de 29% das receitas operacionais face a 2021, reflexo de um forte acompanhamento da base de clientes instalada, que permitiu alavancar um elevado volume de transações. A empresa angariou novos clientes entre os quais se destacam:

- Janeiro 2022 – Contrato como o agrupamento de farmácias, nossa farmácia;
- Maio 2022: Contrato com a ordem dos notários e todos os notários portugueses, o que originou a entrada de 400 novos comerciantes;
- Dezembro de 2022 – Fecho do contrato com a Retalis que vai permitir a disponibilização de uma solução totalmente digital nos pagamentos desta instituição.

### Perspetivas Futuras

Em linha com as necessidades do mercado, a Altice Pay tem vindo a desenvolver um plano estratégico, ao nível do desenvolvimento de produto e comercial, alinhada com o seu acionista, através de venda direta e indireta.

Para 2023, a estratégia da Altice Pay será não só aumentar a comunicação e gerar notoriedade, de forma a cativar a atenção de novos clientes, como consolidar o seu portefólio de produtos e serviços com foco em soluções de pagamento inovadoras para clientes empresariais e clientes finais. A Altice Pay pretende consolidar-se, em 2023, como um *player* de referência no mercado *online*.



## Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos legais, o Conselho de Administração propõe ao Acionista Único a transferência para resultados transitados da totalidade do prejuízo apurado no exercício de 2022, no montante de 731.344 euros.

### RESULTADOS

O resultado líquido da Altice Pay nos exercícios de 2022 e 2021, foi negativo em 731.344 euros e 1.839.006 euros. Refletindo o movimento de reclassificação de Capex para Opex existiu uma recuperação de valores de amortizações em 2022 de 11.993 euros vs gastos em 2021 de 1.596.875 euros, e gastos gerais administrativos de 870.887 euros em 2022 vs 256.746 euros em 2021. Custos com o pessoal (241.839 euros e 248.379 euros, respetivamente). O produto bancário gerado nestes exercícios foi de 369.390 euros e 262.994 euros, respetivamente, composto essencialmente pela margem bruta dos rendimentos de serviços e comissões.

Em conclusão, os prejuízos apurados pela Altice Pay em ambos os exercícios estão penalizados não só pelos elevados gastos com a amortização dos investimentos em 2021, como também pelos gastos de RH e de operação superiores ao produto bancário.

### BALANÇO E ESTRUTURA PATRIMONIAL

-Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o total do ativo ascendia a 6.031.372 euros e 4.844.942 euros, respetivamente, respeitando essencialmente a (1) Disponibilidades de clientes numa conta bancária da Altice Pay para utilização nos serviços de pagamentos da Empresa (4.527.878 euros e 3.457.531 euros, respetivamente), (2) Devedores diversos no valor de 922.554 euros e 1.279.200 euros.

-Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o total do passivo ascendia a 5.360.026 euros e 4.192.252, respetivamente, incluindo essencialmente (1) dívidas decorrentes do fornecimento de bens e serviços (86.136 euros e 159.165 euros, respetivamente), os quais estão relacionados principalmente com empresas do Grupo, (2) financiamentos no âmbito do sistema de tesouraria centralizada (107.115 euros e 340.876 euros, respetivamente), e (3) montantes depositados pelos clientes numa conta bancária da Altice Pay para utilização nos serviços de pagamentos da Empresa (5.003.983 euros e 3.500.376 euros, respetivamente), nomeadamente em futuros pagamentos na rede de comerciantes aderentes, os quais representam portanto uma responsabilidade da Empresa.

-Em 29 de dezembro de 2015, após deliberação e aprovação em Assembleia Geral realizada em 16 de dezembro de 2015, por forma a assegurar o cumprimento das disposições previstas pelo Banco de Portugal relativamente a rácios mínimos dos fundos próprios e a melhorar posição financeira da Empresa, o acionista PT Portugal, SGPS, S.A. realizou prestações acessórias de

capital no montante de 3.500.000 euros, tendo naquela data aprovado a realização de novas prestações acessórias de capital a efetuar durante o exercício de 2016 de até ao montante de 3.000.000 euros. Durante o exercício de 2016, o acionista PT Portugal, S.A. realizou prestações acessórias de capital no montante total de apenas 1.500.000 euros (face ao montante máximo aprovado de 3.000.000 euros para o exercício de 2016). Adicionalmente, em Assembleia Geral realizada em 19 de dezembro de 2016, foi aprovada pelo acionista a postecipação até 31 de dezembro de 2018 da realização de prestações acessórias de capital sobre o montante não utilizado de 1.500.000 Euros, se tal se viesse a revelar necessário. Durante os exercícios de 2017 e 2018, o acionista PT Portugal, S.A. realizou prestações acessórias de capital no montante de 750.000 euros em cada um dos anos, sendo que em 2019 realizou adicionalmente prestações acessórias de capital no montante de 650.000 euros. Em 2020 foram reduzidas a totalidade das prestações acessórias no montante de 7.300.000 Euros para a absorção de prejuízos acumulados e efetuado um aumento do capital social no montante de 800.000 Euros com o objetivo de cumprir com os requisitos de fundos próprios. Em 2021 foram efetuados três aumentos de capital no montante de 300.000 euros cada, num total de 900.000 euros e em 2022 reduzido o capital no montante de 2.200.000 euros e aumentado em 750.000 euros.

-Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital próprio ascendia a 671.346 euros e 652.690 euros, respetivamente, representando aproximadamente 11,1% e 13,5% do total do ativo, respetivamente. A variação no capital próprio foi penalizada pelo prejuízo apurado em 2022, no montante de 731.344 euros.

## **Análise Económica e Financeira**

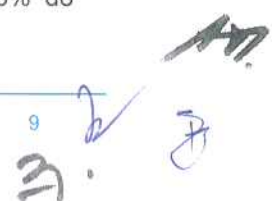
### **RESULTADOS**

O **resultado líquido** da Altice Pay nos exercícios de 2022 e 2021, foi negativo em 731.344 euros e 1.839.006 euros. Refletindo o movimento de reclassificação de Capex para Opex existiu uma recuperação de valores de amortizações em 2022 de 11.993 euros vs gastos em 2021 de 1.596.875 euros, e gastos gerais administrativos de 870.887 euros em 2022 vs 256.746 euros em 2021. Custos com o pessoal (241.839 euros e 248.379 euros, respetivamente). O produto bancário gerado nestes exercícios foi de 369.390 euros e 262.994 euros, respetivamente, composto essencialmente pela margem bruta dos rendimentos de serviços e comissões.

Em conclusão, os prejuízos apurados pela Altice Pay em ambos os exercícios estão penalizados não só pelos elevados gastos com a amortização dos investimentos em 2021, como também pelos gastos de RH e de operação superiores ao produto bancário.

**BALANÇO E ESTRUTURA PATRIMONIAL**

- Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o total do ativo ascendia a 6.031.372 euros e 4.844.942 euros, respetivamente, respeitando essencialmente a (1) Disponibilidades de clientes numa conta bancária da Altice Pay para utilização nos serviços de pagamentos da Empresa (4.527.878 euros e 3.457.531 euros, respetivamente), (2) Devedores diversos no valor de 922.554 euros e 1.279.200 euros.
- Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o total do passivo ascendia a 5.360.026 euros e 4.192.252, respetivamente, incluindo essencialmente (1) dívidas decorrentes do fornecimento de bens e serviços (86.136 euros e 159.165 euros, respetivamente), os quais estão relacionados principalmente com empresas do Grupo, (2) financiamentos no âmbito do sistema de tesouraria centralizada (107.115 euros e 340.876 euros, respetivamente), e (3) montantes depositados pelos clientes numa conta bancária da Altice Pay para utilização nos serviços de pagamentos da Empresa (5.003.983 euros e 3.500.376 euros, respetivamente), nomeadamente em futuros pagamentos na rede de comerciantes aderentes, os quais representam portanto uma responsabilidade da Empresa.
- Em 29 de dezembro de 2015, após deliberação e aprovação em Assembleia Geral realizada em 16 de dezembro de 2015, por forma a assegurar o cumprimento das disposições previstas pelo Banco de Portugal relativamente a rácios mínimos dos fundos próprios e a melhorar posição financeira da Empresa, o acionista PT Portugal, SGPS, S.A. realizou prestações acessórias de capital no montante de 3.500.000 euros, tendo naquela data aprovado a realização de novas prestações acessórias de capital a efetuar durante o exercício de 2016 de até ao montante de 3.000.000 euros. Durante o exercício de 2016, o acionista PT Portugal, S.A. realizou prestações acessórias de capital no montante total de apenas 1.500.000 euros (face ao montante máximo aprovado de 3.000.000 euros para o exercício de 2016). Adicionalmente, em Assembleia Geral realizada em 19 de dezembro de 2016, foi aprovada pelo acionista a postecipação até 31 de dezembro de 2018 da realização de prestações acessórias de capital sobre o montante não utilizado de 1.500.000 Euros, se tal se viesse a revelar necessário. Durante os exercícios de 2017 e 2018, o acionista PT Portugal, S.A. realizou prestações acessórias de capital no montante de 750.000 euros em cada um dos anos, sendo que em 2019 realizou adicionalmente prestações acessórias de capital no montante de 650.000 euros. Em 2020 foram reduzidas a totalidade das prestações acessórias no montante de 7.300.000 Euros para a absorção de prejuízos acumulados e efetuado um aumento do capital social no montante de 800.000 Euros com o objetivo de cumprir com os requisitos de fundos próprios. Em 2022 foram efetuados três aumentos de capital no montante de 300.000 euros cada, num total de 900.000 euros.
- Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital próprio ascendia a 671.346 euros e 652.690 euros, respetivamente, representando aproximadamente 11,1% e 13,5% do



total do ativo, respetivamente. A variação no capital próprio foi penalizada pelo prejuízo apurado em 2022, no montante de 731.344 euros.

### Factos relevantes ocorridos após a data de balanço

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos, para além dos indicados anteriormente, suscetíveis, de modificar a situação revelada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

### Gestão de Riscos Financeiros

A Empresa não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo Órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que o Conselho de Administração entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Lisboa, 15 de maio de 2023

### O Conselho de Administração,



Presidente

João Zúquete Dutschmann de Jesus da Silva



Vogal

Alexandre Miguel Mourão Paula de Matos



Vogal

Nuno Miguel Robalo Nunes

## Demonstrações Financeiras

31.  
11  
M.  
Z.

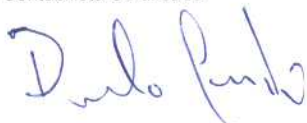
**ALTICE PAY, S.A.****DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021**

				2022	euros 2021
	Notas	Ativo Bruto	Amortizações Provisões e Imparidades	Ativo líquido	Ativo líquido
<b>ATIVO</b>					
<b>Ativo não corrente</b>					
Ativos fixos tangíveis	6	84.375	(84.375)	-	-
Ativos intangíveis	7	5.586.583	(5.586.583)	-	-
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>5.670.958</b>	<b>(5.670.958)</b>	-	-
<b>Ativo corrente</b>					
Outros ativos	9	6.737.912	(730.381)	6.007.531	4.843.092
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	23.841	-	23.841	1.851
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>6.761.753</b>	<b>(730.381)</b>	<b>6.031.372</b>	<b>4.844.943</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>12.432.711</b>	<b>(6.401.339)</b>	<b>6.031.372</b>	<b>4.844.943</b>

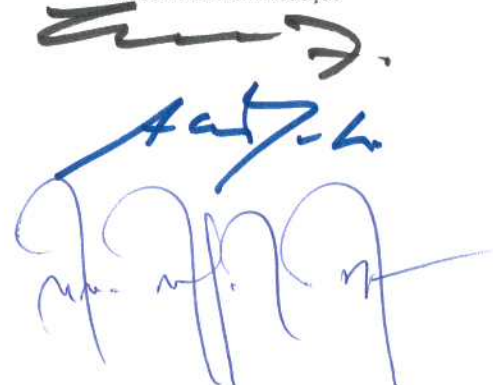
				2022	Euros 2021
	Notas			Passivo e Capital Próprio	Passivo e Capital Próprio
<b>PASSIVO</b>					
<b>Passivo corrente</b>					
Outros passivos	10			5.360.026	4.192.252
<b>Total do passivo</b>				<b>5.360.026</b>	<b>4.192.252</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>					
Capital	11			3.750.000	5.200.000
Outras reservas e resultados transitados				(2.347.310)	(2.708.303)
Resultado líquido do exercício				(731.344)	(1.839.006)
<b>Total do capital próprio</b>				<b>671.346</b>	<b>652.691</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>				<b>6.031.372</b>	<b>4.844.943</b>

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado



Conselho de Administração

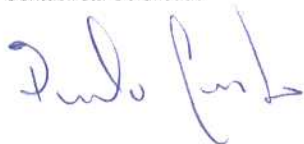


**ALTICE PAY, S.A.****DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**


			euros
	Notas	2022	2021
Juros e encargos similares	12	(10.082)	(23.311)
<b>Margem financeira</b>		<b>(10.082)</b>	<b>(23.311)</b>
Rendimentos de serviços e comissões	13	2.315.924	1.798.115
Encargos com serviços e comissões	13	(1.936.151)	(1.506.722)
Resultados de reavaliação cambial		(224)	638
Outros resultados de exploração		(77)	(5.726)
<b>Produto bancário</b>		<b>369.390</b>	<b>262.994</b>
Custos com pessoal	14	(241.839)	(248.379)
Gastos gerais administrativos	15	(870.887)	(256.746)
Amortizações e imparidades do exercício	16	11.992	(1.596.875)
<b>Prejuízo apurado no período</b>		<b>(731.344)</b>	<b>(1.839.006)</b>
<b>Prejuízo por ação básico</b>	17	<b>(0,20)</b>	<b>(0,35)</b>

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado



Conselho de Administração



**ALTICE PAY, S.A.****DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

euros

		Capital realizado (Nota 11)	Resultados Transitados	Prejuízo	Total do capital próprio
Posição em 1 de janeiro de 2021	A	4.300.000	(1.650.109)	(1.058.194)	1.591.697
Prejuízo				(1.839.006)	(1.839.006)
Resultado integral	B				(1.839.006)
<b>Operações com detentores de capital</b>					
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		900.000	-	-	900.000
Aplicação de resultados		-	(1.058.194)	1.058.194	-
	C	900.000	(1.058.194)	1.058.194	900.000
Posição em 31 de dezembro de 2021	D=A+B+C	5.200.000	(2.708.303)	(1.839.006)	652.691
Prejuízo				(731.344)	(731.344)
Resultado integral	E				(731.344)
<b>Operações com detentores de capital</b>					
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		(1.450.000)	2.200.000	-	750.000
Aplicação de resultados		-	(1.839.006)	1.839.006	-
	F	(1.450.000)	360.994	1.839.006	750.000
Posição em 31 de dezembro de 2022	G=D+E+F	3.750.000	(2.347.310)	(731.344)	671.346

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado



Conselho de Administração





**ALTICE PAY, S.A.****DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

		euros	
	Notas	2022	2021
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Recebimentos de clientes		3.155.039	1.966.472
Pagamentos a fornecedores		(3.390.346)	(2.080.682)
Pagamentos ao pessoal	4 (a)	(241.257)	(250.740)
Caixa gerada pelas operações		<b>(476.564)</b>	<b>(364.950)</b>
Recebimentos (Pagamentos) de imposto sobre o rendimento		(80)	(45)
Outros recebimentos (pagamentos), líquidos		504	(67.219)
<b>Fluxos das atividades operacionais (1)</b>		<b>(476.140)</b>	<b>(432.214)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos intangíveis		-	(641.351)
		-	<b>(641.351)</b>
<b>Fluxos das atividades de investimento (2)</b>		-	<b>(641.351)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	177.562
Recebimentos de outros instrumentos de capital	11	750.000	900.000
		<b>750.000</b>	<b>1.077.562</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(233.760)	-
Juros e gastos similares		(18.110)	(18.070)
		<b>(251.870)</b>	<b>(18.070)</b>
<b>Fluxos das atividades de financiamento (3)</b>		<b>498.130</b>	<b>1.059.492</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)</b>		<b>21.990</b>	<b>(14.073)</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.851	15.924
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	4 (b)	<b>23.841</b>	<b>1.851</b>

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado



Conselho de Administração



## ÍNDICE

1. Nota introdutória
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
3. Principais políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas
4. Fluxos de caixa
5. Alterações de políticas e estimativas contabilísticas e erros
6. Ativos fixos tangíveis
7. Ativos intangíveis
8. Partes relacionadas
9. Outros ativos
10. Outros passivos
11. Capital
12. Juros e encargos similares
13. Rendimentos e encargos com serviços e comissões
14. Custos com pessoal
15. Gastos gerais administrativos
16. Gastos de depreciação e amortização
17. Resultado líquido por ação
18. Acontecimentos ocorridos após a data do balanço

2  
M.  
B.  
3.

**ALTICE PAY, S.A.****Anexo às Demonstrações Financeiras****Em 31 de dezembro de 2022**

(Montantes expressos em euros)

**1. Nota introdutória**

A Altice Pay, S.A. ("Altice Pay" ou "Empresa"), anteriormente denominada PT Pay, S.A. foi constituída em 13 de março de 2013, tendo dado início ao planeamento, desenvolvimento e afetação dos recursos técnicos e humanos necessários ao desenvolvimento futuro da atividade.

A ALTICE PAY tem por objeto social a prestação de serviços de pagamento, bem como todas as operações necessárias para a gestão das contas de clientes. A MEO Wallet é um serviço da ALTICE PAY, instituição de pagamento registada no Banco de Portugal sob o nº 8705.

A Empresa é integralmente detida pela PT Portugal, SGPS, S.A. ("PT Portugal"), a qual por sua vez era, em 31 de dezembro de 2022, integralmente detida pela Altice Portugal, S.A. ("Altice Portugal").

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 15 de maio de 2023, estando ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

**2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Altice Pay adotou, as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como definidas e adotadas pela União Europeia e em vigor à presente data.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Até 31 de dezembro de 2016, a Altice Pay utilizou nos seus registos contabilísticos e processo de relato, as Normas Contabilísticas Ajustadas (NCA's) estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso n.º 1/2005, de 21 de fevereiro e na Instrução n.º 9/2005, de 11 de março, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo n.º 1 do artigo 115 do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. As NCA's correspondiam genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de

acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-lei 35/2005 de 17 de fevereiro e pelo Aviso 1/2005 de 21 de fevereiro, do Banco de Portugal.

A Altice Pay beneficiou do regime transitório (um ano), relativo à obrigatoriedade da elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS), conforme preconizado no art.º 3 do aviso n.º 5/2015 do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando os modelos das demonstrações financeiras nos pressupostos acima referidos, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e do outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração da Empresa concluiu que a Empresa dispõe de recursos financeiros adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

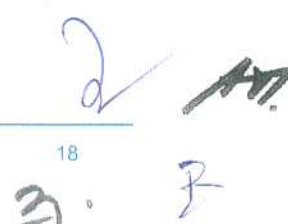
Nos exercícios de 2022 e de 2021 a que respeitam as demonstrações financeiras, não foram derogadas quaisquer disposições das IFRS que pudessem ter produzido efeitos materialmente relevantes e que possam colocar em causa a imagem verdadeira e apropriada da informação divulgada.

### **3. Principais políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa e no pressuposto da continuidade das operações. As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas, salvo indicação em contrário, de acordo com as IFRS.

#### **3.1. Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis à colocação dos ativos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida.



Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do ativo somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a Empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com manutenção e reparação não suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis deverá ser reconhecida a partir do momento em que os bens se encontrarem disponíveis para utilização, de acordo com o método linear, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação do equipamento básico, que inclui essencialmente equipamento informático, correspondem, em média, à vida útil de 3 anos.

### 3.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis incluem essencialmente licenças de utilização de *software* e gastos com o desenvolvimento das plataformas informáticas e sistemas de informação de apoio à operação da Empresa, registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição de licenças de *software* é capitalizado e compreende todos os custos incorridos com a aquisição e colocação do software disponível para utilização. Os ativos intangíveis são apenas reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pelo mesmo e sejam fiavelmente mensuráveis.

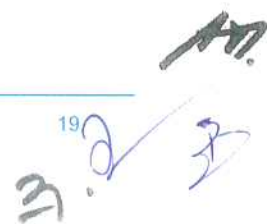
As despesas com atividades de pesquisa são reconhecidas em resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas quando for demonstrável a exequibilidade técnica e económica do produto ou processo em desenvolvimento e a Empresa tiver intenção e capacidade de completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou o seu uso.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito de alguma alteração a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados de forma prospetiva. A vida útil dos ativos relativos a *software* e a outros ativos intangíveis é atualmente de 3 anos.

### 3.3. Imparidade de ativos

A Empresa efetua análises de imparidade dos seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não for possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.



O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto de entre o preço de venda e o valor de uso.

O preço de venda é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que reflitam o custo do capital e o risco específico do ativo.

### **3.4. Regime do acréscimo**

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, respetivamente.

### **3.5. Imposto sobre o rendimento**

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma do imposto corrente com os impostos diferidos, os quais são registados na demonstração dos resultados salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, situação em que são igualmente registados no capital próprio.

A estimativa de imposto sobre o rendimento é efetuada com base na estimativa da matéria coletável em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC").

O imposto sobre o rendimento do exercício registado nas demonstrações financeiras é apurado de acordo com o preconizado pela "NCRF 25 Impostos Sobre o Rendimento". Na mensuração do gasto relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente determinado com base no resultado antes de impostos, corrigido de acordo com a legislação fiscal, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados anualmente, utilizando as taxas de tributação que se espera estejam em vigor à data da reversão das diferenças temporárias. Os saldos dos ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor líquido contabilístico, dado serem referentes à mesma jurisdição fiscal.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente, por não terem preenchido as condições para o seu registo, e/ou para reduzir o montante dos ativos por impostos diferidos que se encontram reconhecidos em função da expectativa atual da sua recuperação futura.



### **3.6. Classificação do balanço**

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo não corrente, pelo seu valor presente.

### **3.7. Provisões, obrigações e passivos contingentes**

As provisões são reconhecidas pela Empresa quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) que resulte de eventos passados, desde que seja provável a existência de um dispêndio de recursos internos para a liquidação dessa obrigação e o montante desta seja razoavelmente estimável. Quando alguma destas condições não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivos contingentes, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos seja remota.

As provisões são reconhecidas por um montante correspondente ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas no final de cada exercício e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultem de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um acordo, cujo cumprimento tem custos associados que não é possível evitar e que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que relevantes e não seja remota a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos.

### **3.8. Financiamentos obtidos**

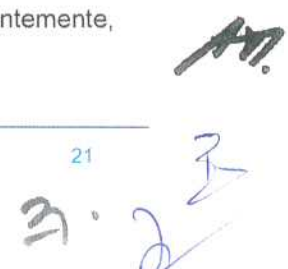
Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transações incorridos, sendo subsequentemente apresentados ao custo ou ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

### **3.9. Custo de empréstimos obtidos**

Os custos e/ou encargos com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

### **3.10. Férias e subsídios de férias**

As férias e subsídios de férias e correspondentes encargos patronais são registados como gasto do período em que os empregados adquirem o direito ao seu recebimento. Consequentemente,



o valor de férias e subsídio de férias e correspondentes encargos patronais vencidos e não pagos à data do balanço foi estimado e incluído na rubrica “Credores por acréscimos de gastos”.

### 3.11. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos, e não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado (“IVA”) e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços de pagamento é reconhecido desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas: (1) o montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade; (2) é provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa; e (3) os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rendimento de juros é reconhecido com base no método do juro efetivo.

### 3.12. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo classificados nas seguintes categorias: (a) ao custo ou custo amortizado; e (b) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

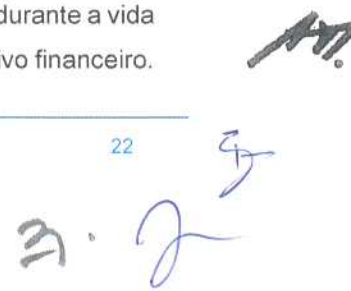
#### (a) Ativos e passivos financeiros ao custo ou custo amortizado

São classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características: (a) sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; (b) tenham associado um retorno fixo ou determinável; e (c) não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Os ativos e passivos financeiros considerados nesta categoria são mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros) e correspondem essencialmente às seguintes rubricas de ativos e passivos constantes do balanço da Empresa:

- Disponibilidades em outras instituições de crédito;
- Aplicações em instituições de crédito;
- Outros ativos;
- Outros passivos.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.





Os ativos financeiros classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados.

#### (b) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando expiram os seus direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desses ativos, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

### 3.13. Principais estimativas contabilísticas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS), o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e os montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e em outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

Os pressupostos com maior impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são os seguintes:

(a) **Continuação do apoio concedido pelo grupo PT Portugal à Altice Pay em termos de financiamento e gestão do risco de liquidez**

A Altice Pay financia a sua atividade maioritariamente através dos fundos obtidos junto do acionista. As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, tendo em conta a intenção expressa pelo Grupo PT Portugal de continuar a apoiar a Altice Pay.

(b) **Ativos intangíveis**

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica “Ativos intangíveis em curso” corresponde essencialmente a desenvolvimentos e licenças de utilização de software que ainda não se encontra em funcionamento. O Conselho de Administração entende que os montantes registados em 31 de dezembro de 2022 cumprem os requisitos definidos na Norma IAS 38 para a capitalização das despesas incorridas.

### **3.14. Acontecimentos ocorridos após a data do balanço**

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço não são refletidos nas demonstrações financeiras, sendo apenas divulgados se forem considerados materialmente relevantes.

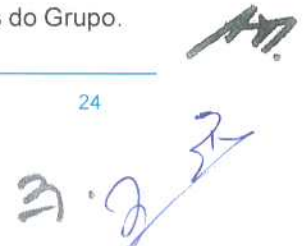
## **4. Fluxos de Caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, as rubricas “Disponibilidades em outras instituições de crédito” e “Aplicações em instituições de crédito” são constituídas por depósitos bancários, só sendo consideradas as aplicações com vencimento inferior a 3 meses.

A Empresa está sujeita a um risco de liquidez se as fontes de financiamento, como sejam as disponibilidades e os fluxos de caixa provenientes de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades existentes. Com base nos fluxos de caixa gerados pelas suas operações, nas disponibilidades de caixa e na possibilidade de obter financiamento junto da Altice Portugal no âmbito do sistema de tesouraria centralizada implementado no Grupo, a Empresa entende que tem capacidade para cumprir as suas obrigações no período do próximo exercício.

(a) **Pagamentos ao pessoal**

Esta rubrica inclui essencialmente pagamentos a pessoal cedido por outras empresas do Grupo.



**(b) Caixa e seus equivalentes**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica era composta por Disponibilidades em outras instituições de crédito nos montantes de 23.841 euros e 1.851 euros, respetivamente.

**5. Alterações de políticas e estimativas contabilísticas e erros**

Conforme referido na Nota 2, a empresa aplica as IFRS na preparação das suas demonstrações financeiras. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não se verificaram quaisquer alterações voluntárias de políticas contabilísticas nem ocorreram alterações em estimativas contabilísticas.

Não foram adotadas quaisquer outras normas e interpretações novas ou revistas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

**6. Ativos fixos tangíveis**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis respeitam essencialmente a equipamento informático e foram os seguintes:

	euros	
	2022	2021
<b>Valores brutos</b>		
Saldo inicial	85.110	85.110
Abates	(735)	-
<b>Saldo final</b>	<b>84.375</b>	<b>85.110</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>		
Saldo inicial	85.110	85.110
Abates	(735)	-
<b>Saldo final</b>	<b>84.375</b>	<b>85.110</b>
<b>Ativos fixos tangíveis líquidos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

*M.*  
31. 2. 23

## 7. Ativos intangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos nos ativos fixos intangíveis foram os seguintes:

				euros
				2022
	Sistemas de tratamento automático de dados	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Valores brutos</b>				
Saldo inicial	6.449.641	190.145	57.329	6.697.115
Aquisições	8	-	(8)	-
Abates	(1.092.062)	(6.478)	-	(1.098.540)
Transferências	45.329	-	(57.321)	(11.992)
<b>Saldo final</b>	<b>5.402.916</b>	<b>183.667</b>	<b>-</b>	<b>5.586.583</b>
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>				
Saldo inicial	6.449.641	190.145	57.329	6.697.115
Amortizações do exercício (Nota 16)	504.251	-	-	504.251
Reversões de perdas por imparidade (Nota 16)	(504.251)	-	(11.992)	(516.243)
Abates	(1.092.062)	(6.478)	-	(1.098.540)
Transferências	45.337	-	(45.337)	-
<b>Saldo final</b>	<b>5.402.916</b>	<b>183.667</b>	<b>-</b>	<b>5.586.583</b>
<b>Ativos intangíveis líquidos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

				euros
				2021
	Sistemas de tratamento automático de dados	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Valores brutos</b>				
Saldo inicial	5.961.004	190.145	40.718	6.191.867
Aquisições	475.074	-	30.174	505.248
Transferências	13.563	-	(13.563)	-
<b>Saldo final</b>	<b>6.449.641</b>	<b>190.145</b>	<b>57.329</b>	<b>6.697.115</b>
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>				
Saldo inicial	4.912.583	187.657	-	5.100.240
Amortizações do exercício (Nota 16)	759.167	2.488	-	761.655
Perdas por imparidade do exercício (Nota 16)	777.891	-	57.329	835.220
<b>Saldo final</b>	<b>6.449.641</b>	<b>190.145</b>	<b>57.329</b>	<b>6.697.115</b>
<b>Ativos intangíveis líquidos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Nos exercícios de 2022 e 2021, as adições respeitam essencialmente a gastos com o desenvolvimento e aquisição de licenças de utilização de *software*, relativas a projetos de desenvolvimento de aplicações e funcionalidades essenciais ao desenvolvimento da atividade da Empresa.

Em 2021, a Empresa procedeu ao reconhecimento da imparidade dos ativos intangíveis no montante de 835.220 euros, resultante da estimativa quanto aos benefícios económicos futuros gerados pela Empresa.

M.  
3. 2. 5

## 8. Partes relacionadas

### 8.1. Saldos e transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Introdutória, a Empresa é detida em 100% pela PT Portugal, a qual por sua vez é integralmente detida pela Altice Portugal à data de 31 de dezembro de 2022. Consequentemente, todas as empresas que fazem parte do Grupo Altice foram consideradas como partes relacionadas da Altice Pay.

A natureza e o detalhe dos principais saldos devedores e credores com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são conforme segue:

	Euros 2022	
	Outros ativos (Nota 9)	Outros passivos (Nota 10)
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. ("MEO")	822.908	1.486.089
PT Portugal ("PT Portugal")	-	110.119
Outras empresas	191	604
	<b>823.099</b>	<b>1.596.812</b>

	Euros 2021	
	Outros ativos (Nota 9)	Outros passivos (Nota 11)
MEO	1.060.959	1.148.157
PT Portugal	-	351.907
Altice Labs	99	104.001
Outras empresas	92	604
	<b>1.061.150</b>	<b>1.604.669</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o elevado saldo de contas a receber da MEO, respeita essencialmente à faturação dos serviços prestados ao cliente BPO Aquapor à MEO, uma vez que a Empresa fatura a MEO a qual por sua vez fatura diretamente este cliente final, juntamente com outros serviços de telecomunicações.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as transações com partes relacionadas são conforme segue:

	euros		euros		euros	
					2022	
	Juros e encargos similares (Nota 12)	Rendimentos de serviços e comissões (Nota 13)	Encargos com serviços e comissões (Nota 13)	Custos com Pessoal (Nota 14)	Gastos gerais administrativos (Nota 15)	
MEO	-	990.704	(858)	(241.839)	(120.270)	
Altice Labs	-	-	-	-	(421.545)	
Outras empresas	(10.082)	-	-	-	(2.880)	
	<b>(10.082)</b>	<b>990.704</b>	<b>(858)</b>	<b>(241.839)</b>	<b>(544.695)</b>	

*M.*  
*3.2*

	<b>Euros</b>					
	<b>2021</b>					
	Juros e encargos similares (Nota 12)	Rendimentos de serviços e comissões (Nota 13)	Encargos com serviços e comissões (Nota 13)	Custos com Pessoal (Nota 14)	Gastos gerais administrativos (Nota 15)	Investimentos
MEO	-	959.128	(858)	(248.379)	(120.000)	-
Outras empresas	(23.311)	-	-	-	(2.880)	421.537
	<b>(23.311)</b>	<b>959.128</b>	<b>(858)</b>	<b>(248.379)</b>	<b>(122.880)</b>	<b>421.537</b>

## 9. Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<b>Euros</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Outras disponibilidades sobre residentes (a)	4.527.878	3.457.531
Devedores e outras aplicações e outros rendimentos a receber (b)		
Imposto sobre o valor acrescentado	19.290	169.652
Outros devedores de rendimentos – Empresas do Grupo (Nota 8)	823.099	1.061.150
Outros devedores de rendimentos – Outras empresas	55.579	31.394
Chargeback	94.552	86.370
Adiantamento a fornecedores de equipamentos (c)	728.045	728.045
Despesas com encargo diferido (d):	16.208	8.073
Outros ativos	473.261	31.257
	<b>6.737.912</b>	<b>5.573.473</b>
Ajustamento a adiantamento a fornecedores de equipamento (c)	(728.045)	(728.045)
Provisão Chargeback	(2.336)	(2.336)
<b>Total</b>	<b>6.007.531</b>	<b>4.843.092</b>

- (a) Esta rubrica reflete o valor disponível numa conta bancária da Altice Pay, entregue pelos clientes com o objetivo de o utilizarem em pagamentos na rede de comerciantes aderente, encontrando-se o crédito associado registado na rubrica de outros passivos (Nota 10).
- (b) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica inclui valores a receber respeitantes a faturação emitida essencialmente à empresa do Grupo MEO e inclui ainda créditos de IVA.
- (c) Em exercícios anteriores, foram efetuados adiantamentos para o desenvolvimento e aquisição de equipamentos, relativamente aos quais foram constituídas imparidades para fazer face à não recuperabilidade dos mesmos, as quais apresentavam o saldo final de 728.045 euros, em 31 de dezembro de 2022 e 2021.
- (d) Esta rubrica corresponde a serviços de suporte já contratados e faturados à MEO, cujo serviço será prestado apenas no futuro, motivo pelo qual os respetivos gastos também serão reconhecidos apenas em períodos futuros.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica inclui saldos de outros devedores de empresas do grupo nos montantes de 823.099 euros e 1.061.150 euros, respetivamente (Nota 8).

## 10. Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2022	2021
Credores por fornecimento de bens e serviços:		
Fornecedores Empresas do Grupo	96.511	213.865
Fornecedores – Outras empresas	(18.357)	(81.783)
Cash Pooling – Grupo (a)	107.115	340.876
Encargos a pagar por serviços bancários prestados por terceiros	32.632	29.150
Outros passivos:		
Outros passivos correntes - Depósitos (b)	5.003.983	3.500.376
Outros Credores – Empresas do Grupo	6.612	10.225
Outros Credores – Outras empresas	131.530	179.543
	<b>5.360.026</b>	<b>4.192.252</b>

- (a) Esta rubrica respeita a dívidas à PT Portugal no âmbito do sistema de gestão centralizada de tesouraria em vigor no grupo em que a PT Portugal centraliza todos os recebimentos e pagamentos das empresas do Grupo sediadas em Portugal.
- (b) Esta rubrica inclui montantes entregues pelos clientes à Empresa com vista a serem utilizados por estes em futuros pagamentos na rede de comerciantes aderentes (Nota 9).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica inclui saldos com empresas do grupo nos montantes de 1.596.812 euros e 1.604.669 euros, respetivamente (Nota 8.1 - Saldos e transações com partes relacionadas)

## 11. Capital

### 11.1. Capital realizado

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Empresa encontrava-se integralmente realizado e ascendia a 3.750.000 euros, estando representado por 3.750.000 ações nominativas (Nota 17), com o valor nominal de 1 euro cada uma. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Empresa era integralmente detido pela PT Portugal.

Em 26 de janeiro de 2022, foi deliberado pelo acionista PT Portugal, com vista à cobertura de prejuízos acumulados a redução do capital social da Empresa no montante de 2.200.000 euros, pelo que o seu capital social passou de 5.200.000 euros para 3.000.000 euros.

Em 2022, foi deliberado pelo acionista PT Portugal, o aumento do capital social da Empresa, por novas entradas em dinheiro, realizadas em abril e setembro, respetivamente, no montante de 300.000 euros e 450.000 euros.

## 11.2. Aplicação de resultados

Em 2022, conforme deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas de 27 de Junho de 2022, o resultado líquido negativo de 2021, no montante de 1.839.006 euros, foi integralmente transferido para a rubrica "Resultados Transitados".

Em 2021, conforme deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas de 28 de junho de 2021, o resultado líquido negativo de 2020, no montante de 1.058.194 euros, foi integralmente transferido para a rubrica "Resultados Transitados".

## 11.3. Fundos próprios

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os fundos próprios da Empresa e os requisitos de fundos próprios de acordo com o estabelecido com o Banco de Portugal, têm a seguinte composição:

	euros	
	2022	2021
Fundos próprios totais	671.346	652.690
Requisitos de fundos próprios	519.499	460.815
Suficiência/ (Insuficiência) de fundos próprios	151.847	191.875

## 12. Juros e encargos similares

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica ascendia a 10.082 euros e 23.311 euros (nota 8), respetivamente.

## 13. Rendimentos e encargos com serviços e comissões

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2022	2021
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>		
Empresas grupo (Nota 8)	990.704	959.128
Empresas não grupo	1.325.220	838.987
<b>Encargos com serviços e comissões</b>		
Empresas grupo (Nota 8)	(858)	(858)
Empresas não grupo	(1.935.293)	(1.505.864)
	<b>379.773</b>	<b>291.393</b>



## 14. Custos com pessoal

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2022	2021
<b>Remunerações</b>		
Pessoal	191.929	195.083
<b>Encargos sociais</b>	44.020	44.859
<b>Outros</b>	5.890	8.437
	<b>241.839</b>	<b>248.379</b>

As remunerações dos membros do Conselho de Administração encontram-se a ser suportadas integralmente por outras empresas do Grupo Altice.

Em 2022 e 2021, foram registados custos com o pessoal que estão a ser suportados por outras empresas do Grupo Altice Portugal, nos montantes de 241.839 euros e 248.379 euros, respetivamente (Nota 8).

## 15. Gastos gerais administrativos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2022	2021
Serviços de suporte (Nota 8) (a)	544.695	122.880
Auditoria e consultoria (b)	80.440	62.465
Outros serviços e fornecimentos de terceiros (c)	245.752	71.401
	<b>870.887</b>	<b>256.746</b>

- a) Inclui essencialmente gastos com serviços de suporte prestados pela MEO, relacionados com a gestão e manutenção dos serviços de data center e com a gestão de recursos humanos, marketing, entre outros serviços de suporte e inclui, também, gastos com bolsa de horas de prestação de serviços para manutenção corretiva e evolutiva da gateway de pagamentos e da plataforma blinkpay para 2022 prestada pela Altice Labs (Nota 8.1).
- b) Respeita essencialmente a gastos a auditoria financeira e com as auditorias de branqueamento de capitais, de controlo interno e certificação dos sistemas de segurança de cartões de crédito.
- c) Inclui gastos com licenciamento e renovação de licenças software.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Gastos gerais administrativos" inclui transações com empresas do grupo, respetivamente, no montante de 544.695 euros e 122.880 euros (Nota 8.1).

## 16. Gastos de depreciação e amortização

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2022	2021
Ativos intangíveis (Nota 7)	(11.992)	1.596.875
	<b>(11.992)</b>	<b>1.596.875</b>

## 17. Resultado líquido por ação

O resultado líquido por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi calculado da seguinte forma:

	2022	2021
Resultado líquido	(731.344)	(1.839.006)
Número de ações (Nota 12)	3.750.000	5.200.000
<b>Resultado líquido por ação básico</b>	<b>(0,20)</b>	<b>(0,35)</b>

Não existem quaisquer situações que originem um efeito de diluição, pelo que o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado líquido por ação básico.

## 18. Acontecimentos ocorridos após a data do balanço

Não são conhecidos até à presente data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram factos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do nº 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

## Relatório e Parecer do Fiscal Único

*[Handwritten signatures and initials]*

## RELATÓRIO E PARECER DE FISCAL ÚNICO

Ao Acionista da  
Altice Pay, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da ALTICE PAY, S.A. ("Entidade"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da Entidade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos a demonstração da posição financeira em 31 dezembro de 2022, a demonstração do resultado integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o ano findo naquela data e o respetivo anexo. Adicionalmente, revimos o Relatório de Gestão de 2022 preparado pelo Conselho de Administração e a proposta de aplicação de resultados nele expressa. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, a qual não inclui reservas e inclui uma ênfase relacionada com a continuidade das operações da Entidade, e que se dá aqui por integralmente reproduzida.

Face ao exposto, tendo em consideração o assunto descrito na secção "Ênfase", da Certificação Legal das Contas, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

24 de maio de 2023






BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, Lda.

Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André, ROC n.º 979

Registado na CMVM com o n.º 20160596

## Certificação Legal das Contas

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da ALTICE PAY, S.A. (“Entidade”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 6.031.372 Euros e um total de capital próprio de 671.346 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 731.344 Euros), a demonstração do resultado integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da ALTICE PAY, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (“ISA”), demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfase

Em 31 de dezembro de 2022, o capital próprio da Entidade ascende a 671.346 Euros, estando perdida metade do seu capital social, em consequência de resultados acumulados negativos, sendo-lhe aplicáveis as disposições dos artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais. Em 2022, o acionista único deliberou a redução do capital social para cobertura de prejuízos em 2.200.000 Euros e um aumento do capital social em 750.000 Euros, realizado em abril e setembro de 2022. Nestas circunstâncias, a continuidade das operações da Entidade depende do sucesso da sua atividade futura e de decisões e continuação do suporte financeiro do seu acionista. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### Responsabilidades do Órgão de Gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela: preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas na União Europeia; elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e, avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno; (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade; (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão; (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades; (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria. A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

24 de maio de 2023



BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, Lda.

Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André, ROC n.º 979

Registado na CMVM com o n.º 20160596